

A agricultura nas doutrinas do planejamento regional

Fernando Campos Mesquita¹

Resumo: O objetivo deste artigo é identificar como a capacidade da agricultura em promover o desenvolvimento foi pensada em diferentes doutrinas do planejamento regional. Para dividir essas doutrinas se utilizou do estudo de Soja (2009), a partir do qual foram selecionadas: o Regionalismo de bem-estar social, cuja reflexão central sobre a agricultura está no trabalho de Douglas North; a teoria do subdesenvolvimento, cujo autor central é Celso Furtado; e o novo regionalismo, cujos trabalhos centrais são de Richard Walker e Brian Page. O método de análise é uma revisão de literatura, buscando sistematizar o debate em torno da agricultura no planejamento. Busca-se investigar como essas diferentes correntes, cada uma em seu contexto histórico e geográfico particular, indagou sobre como a agricultura levaria ao atraso da região no conjunto do país, ou, poderia ser uma oportunidade para desencadear um dinamismo econômico.

Palavras chave: Desenvolvimento Desigual no Espaço, Desenvolvimento Econômico, Regiões Agrícolas

Agriculture in regional planning doctrines

Abstract: This paper aims to identify how the capacity of agriculture to promote the development was thought in different doctrines of regional planning. These doctrines were divided based on the study of Soja (2009). It is highlighted the welfare regionalism, in which the central author is Douglas North; the underdevelopment theory, in which the main author is Celso Furtado; and the new regionalism, in which the central authors are Richard Walker and Brian Page. The method of analyzes is based on a literature review, aiming to systematize the debate related to agriculture in regional planning. The point is to show how these different doctrines, in a specific geographical and historical context, investigated how agriculture, whether the agriculture could be a cause of underdeveloped regions or, could be an opportunity for economic dynamism.

Keywords: Uneven Development, Economic Development, Agricultural Regions

Submetido 01.09.2019; aprovado:18.01.2020

1. Introdução

A preocupação com processos de desenvolvimento é central na teoria e na prática do planejamento regional (SOJA, 2009). Isso levou um conjunto de autores, que buscaram reconhecer os condicionantes do processo de desenvolvimento desigual no espaço, a analisarem de que forma a estrutura produtiva das regiões poderia se constituir como um potencial ou um fator limitante às transformações econômicas e sociais.

Nesse contexto, o objetivo do artigo é identificar como que a capacidade da agricultura promover o desenvolvimento foi pensada em diferentes doutrinas do planejamento regional. Levanta-se como questões de investigação: em que medida as regiões agrícolas seriam

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Professor Colaborador no Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) na Unicamp

atrasadas no conjunto do país ou criariam condições para o desenvolvimento? De forma complementar, quais dessas condições seriam favoráveis ou desfavoráveis nesse processo?

Para selecionar as doutrinas do planejamento regional utilizou-se a divisão proposta por Soja (2009). Foram feitas adaptações na proposta original do autor – conforme será discutido no artigo – para se chegar a uma reflexão da agricultura em três linhas de pensamento: no regionalismo de bem-estar social (1950-1980), cujo autor central é Douglas North (NORTH, 1959, 1966, 1977); na teoria do subdesenvolvimento (1970-1980), cujo autor central é Celso Furtado (FURTADO, 1972, 2005, 2006); e no novo regionalismo (1990-presente), cujos autores centrais são Brian Page e Richard Walker (PAGE, 1996; PAGE e WALKER, 1991; WALKER, 2004)².

A discussão sobre os potenciais e limites da agricultura como motor do desenvolvimento moveu um amplo debate na literatura (BELLUZZO, FRISCHTAK e LAPLANE, 2014; ANDERSEN, 2011; PEREZ, 2010). Mas, em geral, a ênfase está na escala nacional. A justificativa do presente estudo é apresentar como essa discussão foi feita no âmbito das regiões³.

A metodologia se fundamenta em uma revisão de literatura, tendo como intuito central a sistematização de reflexões sobre a agricultura no planejamento regional. A partir do grupo de autores apontado por Soja (2009), a proposta está em reconhecer quais os elementos centrais que foram utilizados para justificar uma posição favorável ou crítica sobre a capacidade da agricultura promover o desenvolvimento econômico nas regiões. Importante salientar que cada doutrina abordou um contexto histórico e geográfico particular da agricultura, de modo que, não é possível estabelecer uma comparação direta entre os autores.

O artigo está dividido em mais quatro partes, além desta introdução. O segundo item apresenta a abordagem da agricultura na doutrina do regionalismo de bem-estar social. O terceiro item discute a abordagem da agricultura na teoria do subdesenvolvimento. O quarto item apresenta a abordagem da agricultura no novo regionalismo. O quinto item, de forma

² Neste sentido não caberia aqui incluir o debate da multifuncionalidade da agricultura de Renato Maluf, Maria Jose Carneiro, entre outros autores. Nesta perspectiva, a agricultura tem assumido novas funções nas últimas décadas, para além da produção agropecuária propriamente dita, trazendo outras contribuições para o desenvolvimento como a reprodução socioeconômica das famílias rurais, promoção da segurança alimentar, manutenção do tecido social e cultural, preservação dos recursos naturais e da paisagem rural etc.

³ Defende-se a importância de uma diferenciação da relação entre agricultura e desenvolvimento na escala regional uma vez que considerações feitas na escala nacional não podem ser automaticamente replicadas para outras escalas. As oportunidades e a dinâmica econômica das regiões e dos países são diferentes. As regiões não contam com “instrumentos formadores dos preços econômicos, do câmbio, dos juros e dos salários” (BRANDÃO, 2007, p. 184), o que leva a uma menor autonomia política; contam com maior mobilidade da mão de obra, pois as fronteiras internas dos países não se constituem como barreiras à migração (STORPER e SCOTT, 2009); apresentam mudanças mais intensas em termos de variação da renda per capita em intervalos históricos mais curtos (STORPER, 2013); e são mais susceptíveis a processos de especialização funcional da produção e do sistema de circulação (SANTOS, 2014b).

conclusiva, busca sistematizar elementos gerais que podem ser utilizados em uma reflexão sobre a agricultura e desenvolvimento na escala regional.

2. A agricultura no regionalismo de bem-estar social

Para Soja (2009, p. 261), a questão regional emerge com força política na segunda metade do século XIX impulsionado por movimentos como a divisão entre Norte e Sul nos Estados Unidos; a unificação da Itália e da Alemanha; e as tentativas de integração de diversas culturas regionais na França, Espanha e Grã-Bretanha. Mas, o planejamento regional como forma de intervenção pública, se consolidou, inicialmente nos Estados Unidos, na década de 1920. Essa primeira doutrina foi influenciada pela tradição europeia do socialismo utópico, anarquismo, geografia regional, sociologia e movimentos políticos regionais. O principal ponto está na crítica às cidades industriais, tidas como causas primárias de problemas ambientais e sociais, e a defesa da descentralização urbana, promovendo a formação de novas cidades jardins que combinariam as vantagens do campo e da cidade. A maior expressão dessa doutrina é o Tennessee Valley Authority (TVA).

Apesar dos avanços para a política regional, essa doutrina pouco teorizou sobre o processo de desenvolvimento desigual entre as regiões. Havia a preocupação social, mas pouca associação da desigualdade como um processo enraizado no desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, as considerações sobre a agricultura nessa doutrina não foram utilizadas neste artigo. Optou-se por frisar estudos que pensaram a agricultura como fator das desigualdades espaciais.

Desse modo, o primeiro eixo de pensamento, no presente estudo, remete ao que Soja (2009) classifica como uma segunda doutrina do planejamento regional. Essa doutrina – denominada por Soja (2009) como “regionalismo⁴ de bem-estar social” – emerge nos anos 1950 em uma conjuntura marcada pela Guerra Fria, pelo Estado de bem-estar social e pelo planejamento econômico. O fundamento principal está nos avanços da Ciência Regional (ISARD, 1960) e da Geografia Humana (CHRISTALLER, 1966).

Em um primeiro momento, a ênfase esteve em estudos sobre a localização. Analisam-se questões como a mobilidade; a localização mais eficiente das plantas industriais; e estratégias de redução de custos (FRIEDMANN e WEAVER, 1979, p. 95). Até então, pouca atenção foi dada para a agricultura. Como afirmam Friedmann e Weaver (1979, p. 96), “*from the standpoint of urban-industrial development, agriculture appeared as an essentially passive sector that might receive the impact of the former but could not expected to generate its own dynamic growth*”.

⁴ Importante distinguir, na visão de Soja (2009), regionalização e regionalismo. O primeiro é um processo de formação das regiões, enquanto o segundo é a promoção de perspectivas regionais. O regionalismo é diretamente atrelado a questões de governança, administração, regulação e contratos sociais que influenciam na transformação do ambiente natural (SOJA, 2009, p. 260).

A análise da agricultura ganha destaque na teoria do desenvolvimento polarizado⁵ com a preocupação em explicar a produção e reprodução das desigualdades regionais com fins de fortalecer a intervenção política nas regiões atrasadas⁶ (SOJA, 2009).

Nessa linha, um dos autores a discorrer de forma mais enfática sobre a relação entre agricultura e desenvolvimento regional foi Gunnar Myrdal (MYRDAL, 1960). Conhecido pela teoria da causação circular cumulativa e por demonstrar que as forças do mercado tendem a acentuar as desigualdades regionais, Myrdal (1960, p. 41), argumenta que a estrutura produtiva sustentada na agricultura é uma das causas do atraso das regiões. Essa ideia é clara na discussão dos resultados da integração regional na Itália, que apresenta uma divisão entre uma região industrial (Norte) e uma região agrícola (Sul). Segundo o autor,

como a industrialização é a força dinâmica nesse desenvolvimento, é quase tautológico afirmar que as regiões mais pobres permanecessem essencialmente agrícolas: o aperfeiçoamento dos mercados nacionais contribuirá mesmo (...) para desencorajar as primeiras iniciativas de diversificação industrial nas regiões agrícolas. Nas regiões atrasadas do sul da Europa, cerca de três quartos da população obtêm seus meios de vida da agricultura (MYRDAL, 1960, p. 41).

Outro autor representativo dessa doutrina a discorrer sobre a agricultura foi Albert Hirschman (HIRSCHMAN, 1960). Para compreender a posição desse autor é importante diferenciar a ideia de cadeia retrospectiva – atrelada à capacidade do sistema econômico em suprir, através da produção interna, *inputs* indispensáveis a uma determinada atividade – e cadeia prospectiva – associada à capacidade da atividade em suprir novos *inputs* para outras atividades (HIRSCHMAN, 1960, p. 155-156). Para Hirschmann (1961), a agricultura é deficiente em ambos os tipos de cadeia. No primeiro, apesar de reconhecer que métodos modernos podem levar às compras externas de sementes, fertilizantes e inseticidas, Hirschman (1961, p. 169) defende que quanto mais primitivas forem as atividades “mais verdadeiramente primárias serão”. No segundo, o efeito da agricultura também é limitado, pois, de um lado, é majoritariamente voltada para o autoconsumo e, por outro, quando voltada para o setor agroindustrial, produz produtos de baixo valor agregado. Segundo Hirschman (1961), a superioridade da manufatura em gerar efeitos em cadeia é “esmagadora. Talvez seja este ainda o mais importante motivo que milita contra qualquer especialização total da produção primária nos países subdesenvolvidos” (HIRSCHMAN, 1960, p. 169).

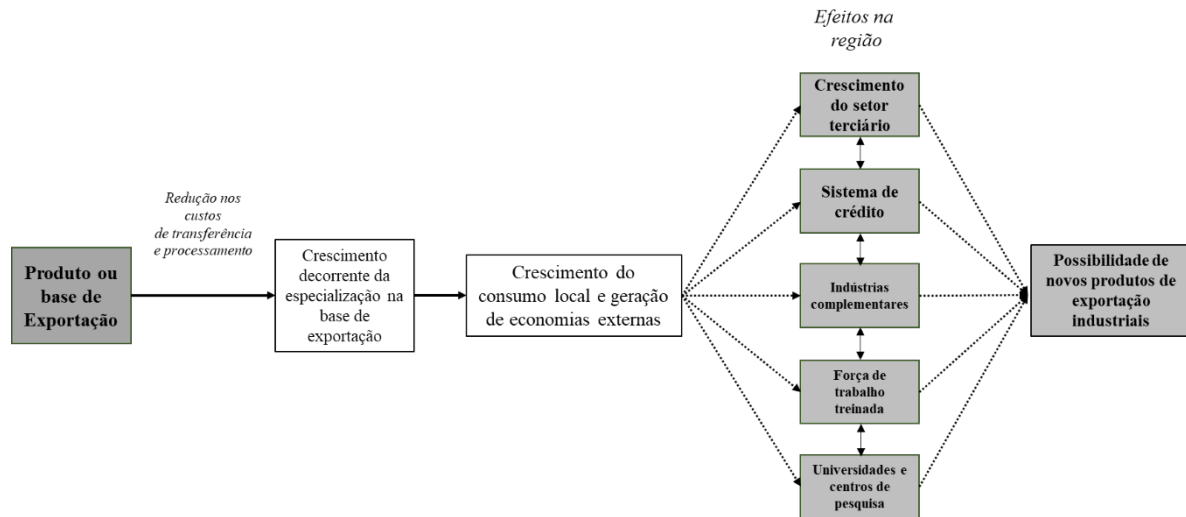
O autor a discorrer sobre o desenvolvimento regional, que apresentou posição distinta sobre o potencial da agricultura, foi Douglas North (NORTH, 1959, 1966, 1977). A análise de North (1977) tem como ponto de partida uma crítica à teoria de estágios que as regiões

⁵ É representativo, nesse contexto, a estratégia dos polos de crescimento e incentivos à indústria motriz (PERROUX, 1977)

⁶ Dado o recorte estabelecido no artigo, não coube um estudo mais aprofundado dos autores do desenvolvimento regional discutidos neste item. Uma abordagem completa desses estudos foi feita por Lima e Simões (2009).

percorrem no curso de sua evolução⁷. North (1977) argumenta que esse tipo de modelo não explica a formação das regiões que foram colonizadas como empreendimento capitalista. A teoria do desenvolvimento regional de North (1959, 1966) está pautada nas mudanças que ocorrem a partir do crescimento de atividades, entendidas como produto ou base de exportação⁸, cujo mercado de destino é externo ao da região. A figura 1 apresenta um esquema simplificado do modelo da base de exportação.

Figura 1. Modelo da base de exportação de Douglas North



Fonte: Org. pelo autor a partir de North (1977)

A figura expressa um modelo em que a região cresce em decorrência de produtos que obtém uma vantagem comparativa. Esse processo repercute na região levando à melhoria do sistema de transporte e da capacidade de processamento, o que reduz os custos de produção e favorece a especialização. Na medida que a região cresce tem-se a criação de um mercado consumidor. Ao mesmo tempo, formam-se economias externas com o aumento de atividades terciárias, do sistema de crédito, de indústrias locais, de treinamento da força de trabalho e do sistema de ensino e pesquisa. Como consequência, a região, cuja competitividade antes dependia de uma base de recursos naturais, passa a se articular com um sistema econômico regionalmente localizado.

Pensando em atividades agrícolas como base de exportação, North (1966) distingue duas trajetórias possíveis. A primeira baseada em uma agricultura com sistema de grandes

⁷ Essa linha, baseada em Hoover; Fisher (1949) caracteriza o processo de desenvolvimento regional em cinco estágios: o primeiro pauta-se em uma agricultura de subsistência e autossuficiente; em um segundo momento, com a melhoria no sistema de transporte, a região desenvolve algum tipo de comércio e especialização; o aumento do comércio leva a um terceiro estágio definido pelo crescimento da agricultura; na medida em que a agricultura apresenta rendimentos decrescentes, a região é forçada a se industrializar, entrando, assim, em um quarto estágio; por fim, o quinto estágio, está relacionado ao crescimento dos serviços, momento, em que, a região passa a exportar capital, mão de obra qualificada e serviços sofisticados (NORTH, 1977, p. 293-294).

⁸ North (1977) utiliza o termo “produto de exportação” para se designar um artigo individual e “base de exportação” para designar os produtos de exportação de forma coletiva. O produto ou a base de exportação podem se constituir de bens primários, secundários ou terciários.

propriedades. Uma agricultura de *plantation*, intensiva em trabalho, induz um alto nível de desigualdade da renda na região e cria uma estrutura social em que a maior parte da população consome insumos básicos alimentícios e de necessidades simples, enquanto um estrato social de alta renda consome artigos de luxo importados. Com isso, se reduz o efeito propulsor do mercado local e poucos estímulos à diversificação emergem. Ademais, North (1966, p. 5) argumenta que os grandes produtores tendem a ser relutantes quanto ao uso de recursos para o sistema de ensino e pesquisa na medida em que não enxergam retornos diretos desses investimentos. Isso diminui a qualificação da mão de obra na região e os próprios efeitos de encadeamento, pois limitam as atividades que poderiam surgir a partir do sistema de universidades. O segundo sistema agrícola, pautado na pequena produção familiar e com maior distribuição de renda, tende a criar uma demanda para um número maior de bens e serviços, induzindo, o crescimento de novas atividades econômicas. Nesse caso, a população da região também tende a ser mais consciente da função da pesquisa e do ensino como um mecanismo de melhorias na posição relativa da produção⁹.

Entende-se que essa doutrina de pensamento do planejamento regional coloca dois pontos centrais como formas de definir a capacidade da agricultura atuar como força do desenvolvimento: os efeitos em cadeia e a estrutura fundiária. Ambos são relacionados ao processo de diversificação da região, seja do sistema produtivo ou da criação de um mercado interno mais sofisticado.

3. As regiões agrícolas na teoria do subdesenvolvimento

Segundo Soja (2009), a vertente do regionalismo de bem-estar social entra em crise nas décadas de 1970 e 1980. Esse modelo cresceu em um contexto de expansão econômica, sendo questionado sobre sua aplicabilidade em uma fase de crise e reestruturação que ocorre a partir de 1970. Outras dificuldades apareciam dado os efeitos limitados na redução das disparidades regionais; a crítica feita sobre a estratégia apoiada nos polos de desenvolvimento (PERROUX, 1977), que, agravava o desequilíbrio urbano e regional (SANTOS, 2014a); e pela evidência de que esse modelo de planejamento dependia de um certo grau de controle de decisões tanto públicas quanto privadas, algo pouco viável de se implantar na nova conjuntura política neoliberal (PECK e TICKELL, 2002).

⁹ Sobre o papel da qualificação de mão de obra na trajetória de diversificação regional é importante destacar a relação entre a teoria da “base de exportação” de North (1977) e de “trabalho novo” de Jacobs (1969) feita no estudo de Lima; Simões (2009). Como esses autores colocam: “no decorrer do processo de crescimento econômico, através da adição de novo trabalho na economia, é essencial que os produtos internos passem a ser exportados e que novos produtos sejam criados para o mercado interno. Ou seja, adicionar novo trabalho é fundamental para criar e re-criar economias; economias que não criam novas atividades e novos tipos de bens e serviços não conseguem se desenvolver, pois é somente assim que o trabalho se diversifica e se expande”.

Para Soja (2009) a crítica mais contundente que essa doutrina recebeu foi feita por autores latino-americanos vinculados à análise do desenvolvimento, do subdesenvolvimento e das relações de dependência. Segundo Soja (2009, p. 264):

the development process was no longer seen as a singular and linear process moving through sequential stages of growth but rather as a twosided dynamic that structurally divided the world into a developed and dominant capitalist core and an underdeveloped and dependent periphery, with each experiencing different development processes.

As regiões pobres não são apenas atrasadas, mas subdesenvolvidas¹⁰. Como demonstrou Frank (1969), o subdesenvolvimento não é o resultado da ausência de capitalismo, de relações pré-capitalistas e feudais, mas é um fenômeno associado ao desenvolvimento do capitalismo. As interpretações sobre o desenvolvimento desigual nessa doutrina, representa o segundo eixo de análise do artigo.

A análise mais conhecida da agricultura na teoria do cepalina e do subdesenvolvimento diz respeito à estrutura centro-periferia e ao intercâmbio no comércio internacional, destacando-se os estudos de Prebisch (2000) sobre a deterioração dos termos de intercâmbio e a crítica à teoria das vantagens comparativas do comércio internacional¹¹. Mas, para o estudo proposto, o foco será no trabalho de Celso Furtado, devido sua ênfase na escala regional. Como coloca Diniz (2009, p. 236), Furtado pode ser visto como primeiro autor a articular fundamentos da estrutura produtiva com “desenvolvimento regional e com a formação de estruturas subdesenvolvidas”.

Entende-se que a força da crítica da teoria do subdesenvolvimento, ressaltada por Soja (2009), está em uma análise histórica e estrutural da transformação econômica e social das regiões. Desse modo, busca-se, nesse eixo, uma abordagem histórica de como o crescimento agrícola leva à reprodução do subdesenvolvimento. Para fins de recorte, será utilizada como referência a análise de Celso Furtado sobre a região Nordeste nos séculos XVI e XVII¹².

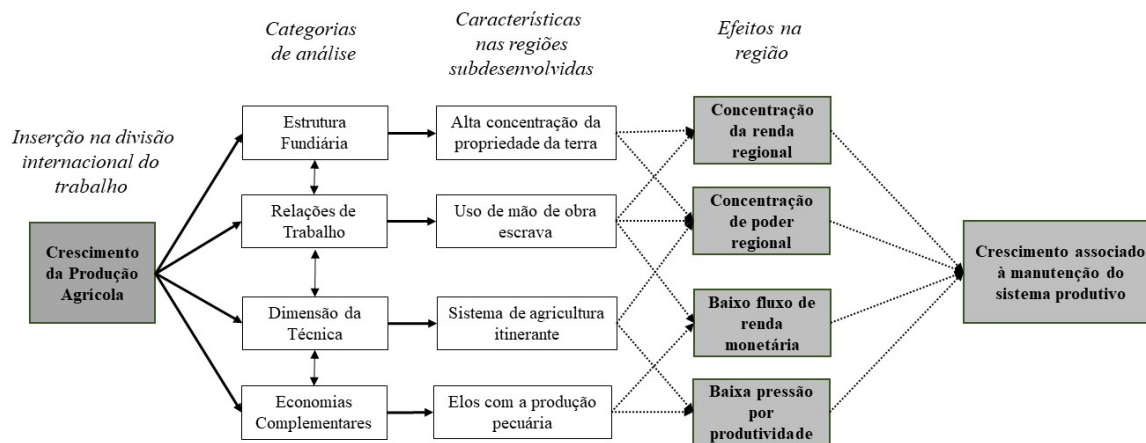
¹⁰ Sobre esse ponto é ilustrativa a afirmação de Rodriguez (2009, p. 79–80): “As economias subdesenvolvidas não são simplesmente ‘atrasadas’, qualificativo muitas vezes atribuído àquelas que se mantêm sem grandes mudanças, supostamente devido ao peso de certos fatores extra-econômicos ou que se consideram ligados à precariedade da estrutura social e/ou institucional, ou ainda à raça ou à religião. Ao contrário, o subdesenvolvimento é visto como um modo de ser específico de certas economias, que como tal merece um esforço de teorização também específico”.

¹¹ Ressalta-se também a análise dos enclaves agrícolas de Cardoso e Faletto (2004). As economias de enclave se constituem como sistemas que se formam na periferia por meio da integração com o centro, via expansão de atividades exportadoras (agrícolas ou minerais), cujo setor moderno se constitui como mero prolongamento tecnológico e financeiro das economias centrais. O enclave agrícola, diferente do enclave mineiro, se caracteriza por um alto emprego de mão de obra não qualificada, fazendo existir baixa pressão pela elevação dos salários, pela possibilidade de pouca concentração de capital e o aumento da ocupação de terras diante da modernização da economia (CARDOSO e FALETTTO, 2004, p. 65-66).

¹² Essa opção, ao mesmo tempo em que permite aprofundar em caso específico, acaba por deixar de lado considerações importantes de Celso Furtado sobre outros casos, como a região cafeeira de São Paulo e a Pampa úmida argentina.

A relação entre agricultura e subdesenvolvimento se fundamenta em quatro pilares: a estrutura fundiária; as relações de trabalho; a dimensão técnica; as economias complementares. Esses elementos devem ser analisados de forma combinada em sintonia com a forma de inserção das regiões em uma divisão internacional do trabalho. A figura 2 busca esquematizar essa análise.

Figura 2. Esquema da relação entre agricultura e subdesenvolvimento em Celso Furtado



Fonte: Org. própria a partir de Furtado (1972; 2006)

Na análise do subdesenvolvimento do Nordeste, a estrutura fundiária é caracterizada pela alta concentração da propriedade da terra. De uma forma geral, “o regime latifundiário tem sua origem no fato de que as terras foram inicialmente doadas em grandes quantidades a um número limitado de pessoas, que passaram a controlar, limitar e penalizar o acesso às mesmas” (FURTADO, 2007, p. 130). No caso nordestino, adiciona-se a essa condição o processo de formação de capital no complexo canavieiro. Furtado (1972, p. 97) demonstra que a instalação da empresa agromercantil dependia de uma alta escala produtiva e capacidade financeira, o que fez com que apenas uma classe economicamente poderosa assumisse a produção.

Dois efeitos se desdobram da concentração fundiária. De um lado, a concentração do poder político e econômico regional (CANO, 2010, p. 24). Como afirma Furtado (1972, p. 98), “é no controle da propriedade da terra que essa classe dirigente encontrará o instrumento poderoso que lhe permitirá conservar o monopólio do poder”. De outro lado, em uma sociedade essencialmente agrícola, a concentração da propriedade implica na concentração da renda (FURTADO, 1972, p. 106).

A concentração fundiária se constitui como uma força de imobilidade na medida em que homens livres que se dedicaram a desbravar as terras e produzir excedentes para as populações dos engenhos, no geral, “não alcançavam a propriedade efetiva da terra, pois esta já havia sido concedida a membros da classe dirigente, os quais sempre tinham em vista

utilizá-la na grande lavoura de exportação ou na pecuária” (FURTADO, 1972, p. 98). Esse processo é um fator de limitação da formação de economias complementares, pois dificulta ensaios de diversificação da agricultura e a mantém dependente das flutuações da empresa agromercantil.

Uma segunda categoria discutida por Celso Furtado está nas relações de trabalho pautadas pela escravidão. Em um primeiro momento, o crescimento agrícola induz a caça ao indígena para ser utilizado como mão-de-obra escrava ou semiescrava; em uma segunda fase, esse sistema se articula ao uso da mão-de-obra escrava africana (FURTADO, 1972). Dada essa situação, o crescimento demográfico se realizava sem que a formação de um fluxo de renda monetário (FURTADO, 2006, p. 85). Por um lado, isso limita a formação do mercado interno, pois o fluxo de renda se estabelecia entre a empresa agromercantil e o exterior. Por outro, fortalece a concentração de renda, que se converte quase em sua totalidade para o empresário, e a concentração do poder.

No que concerne à dimensão técnica, a produção agrícola se caracteriza por um sistema rudimentar e itinerante. A forma de produzir refere-se a “sequência da derrubada, queimada, cultivo do solo durante dois ou três anos e seu abandono, subsequente à espera de que se forme uma capoeira que o regenere em dez ou mais anos” (FURTADO, 2007, p. 135). Com efeito, o aumento da oferta ocorre em função da expansão da fronteira, tendo baixos rendimentos físicos da mão-de-obra (CANO, 2010). Essa baixa densidade técnica da agricultura se combina com as relações de trabalho escravistas na medida em que a produção agrícola dependia de um alto volume de mão de obra passível de ser explorada para realização do trabalho no campo (FURTADO, 1972, p. 95).

Importante destacar o contraponto que Furtado (1972) faz ao pensamento de Schultz (1964). Esse autor distingue o potencial de crescimento econômico da agricultura moderna e da tradicional¹³. Para Schultz (1964, p.15), um país que depende da agricultura tradicional é inevitavelmente pobre; mas, quando a agricultura se transforma em uma atividade moderna, ela se torna uma fonte de crescimento econômico. Furtado (1972, p. 108-109) aponta a possibilidade de crescimento via agricultura tradicional. Isso é possível devido à ampla disponibilidade de recursos naturais (terras férteis) e mão-de-obra, que faz com que a rentabilidade das empresas não dependa da ampliação da produtividade. A tecnologia não se constitui, portanto, em obstáculo ao crescimento desse sistema, mas sim a ausência de mão-de-obra ou a queda no mercado externo. Essa forma de produção, porém, tem efeitos

¹³ Na definição de Schultz, por agricultura tradicional, entende-se um sistema produtivo em que: “1) O estado dos conhecimentos permanece constante; 2) o estado das preferências e dos motivos para manter e adquirir as fontes de renda permanece constante; 3) ambos esses estados permanecem constantes durante tempo suficiente para que as preferências e os motivos marginais para obtenção de fatores agrícolas como fontes de renda cheguem a um equilíbrio com a produtividade marginal dessas fontes, vistas como um investimento em correntes de renda permanente, e com as economias líquidas aproximando-se de zero” (SCHULTZ, 1965, p. 40). Nessa definição, a agricultura tradicional não se refere a um sistema ineficiente ou determinado por valores culturais, mas a um sistema com baixa produtividade marginal do trabalho. A agricultura moderna, por outro lado, se caracteriza por um sistema produtivo que supera essas três condições se tornando uma atividade altamente dinâmica.

perversos nas regiões na medida que “imobiliza quantidades consideráveis de terras e perpetua técnicas agrícolas rudimentares, ademais de implicar em crescente destruição de recursos naturais” (FURTADO, 1972, p. 92).

O quarto elemento de análise refere-se à escassez de economias complementares. Além dos pontos mencionados, havia a questão da alta rentabilidade dos investimentos da economia açucareira, que fazia com que os empresários não desviassem fatores de produção para outras atividades (FURTADO, 2006). Essa é uma economia com alto coeficiente de importação de bens de consumo e de capital (CANO, 2010, p. 29). Componentes centrais do sistema produtivo são externos à região e ao próprio país.

A economia complementar mais relevante foi a pecuária. Essa atividade se divide em duas formas: uma, voltada para o fornecimento de carnes e animais de tração para a empresa agromercantil; outra, voltada para a subsistência, fechada em si mesma (FURTADO, 1972, p. 95-96). Mesmo o lado que mantinha relações externas utilizava-se de técnicas rudimentares e um sistema itinerante. Apesar de se constituir como uma nova atividade, a pecuária também pouco contribuía para o aumento do fluxo monetário. “Enquanto na região açucareira dependia-se da importação de mão-de-obra e equipamentos simplesmente para manter a capacidade produtiva, na pecuária o capital se repunha automaticamente sem exigir gastos monetários de significação” e a mão de obra crescia de forma vegetativa (FURTADO, 2006, p. 102).

Outro escopo de análise da agricultura em Celso Furtado se encontra mais diretamente relacionada às propostas do autor para o planejamento regional (FURTADO, 1984, 2005, 2009). No caso, o autor avança na discussão do papel que a agricultura poderia desempenhar para minimizar os problemas econômicos e sociais.

No relatório do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) (FURTADO, 2005), embora o eixo central esteja a industrialização como mecanismo de diversificação do sistema produtivo regional, destaca-se que, entre as quatro diretrizes básicas do plano, três são vinculadas a mudanças na agricultura¹⁴. Furtado (2005) defende que uma região com escassez de terras aráveis e elevada densidade demográfica, como o Nordeste, não pode alcançar um alto nível de renda por meio do setor exportador agrícola. Segundo Furtado (2005, p. 75),

a elevação da renda se traduz em grande aumento da procura de alimentos, o que, *per sí*, já representa forte pressão sobre os recursos de terra. Ora, sendo escassos tais recursos, dificilmente poderá conciliar esse aumento da pressão interna com uma maior exportação de produtos agrícolas.

¹⁴ São as seguintes diretrizes: “transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada; transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torna-la mais resistente ao impacto das secas; e deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida (FURTADO, 2005, p. 38).

A agricultura no Nordeste deveria ser transformada para ampliar a oferta local de alimentos. Essa medida seria central para permitir a industrialização, pois garantiria o abastecimento dos centros urbanos. É importante, nesse contexto, a proposta de reforma agrária de Furtado (2009). O autor divide o Nordeste três sub-regiões: caatinga, agreste e zona da mata. Na caatinga, área que predomina a pecuária e apresenta condições naturais adversas, a estrutura fundiária deveria ser organizada em propriedades médias, que permita uma economia de alta produtividade e alta renda. No agreste, deveria se aglutinar pequenas propriedades de modo a permitir um incremento da produção. Na zona da mata, região do latifúndio açucareiro, deve se buscar uma forma de uso mais racional que permita, ao mesmo tempo, ampliar a produtividade da cana-de-açúcar e inibir as forças de especialização, induzindo propriedades alimentícias na região (FURTADO, 2009, p. 62-66).

Entende-se que a doutrina do subdesenvolvimento incorpora os pontos centrais discutidos anteriormente (capacidade de gerar efeitos em cadeia e a influência da estrutura fundiária) e adiciona novos elementos fundamentais. Por um lado, as relações de poder que se criam na região a partir do domínio econômico da agricultura; por outro, a mudança de trajetória que a dimensão da técnica influencia. Ademais, aprofunda-se na reflexão de um contexto periférico, evidenciando que a forma de inserção na divisão internacional do trabalho importa nesse processo.

4. As regiões agrícolas na doutrina do novo regionalismo

Para Soja (2009), uma nova doutrina do planejamento regional, ainda em formação, começa nos anos de 1980. O contexto histórico muda induzindo a reestruturação do Estado, aumento da competitividade e a fragmentação das regiões. Noções como flexibilidade e a difusão de políticas e ideologias neoliberais se tornam centrais (SOJA, 2009, p. 266). A análise da forma de inserção das regiões em uma divisão espacial do trabalho se mantém, mas, ao invés de focar na integração ao mercado nacional analisa-se, com maior vigor, a inserção na globalização. Nesse contexto, a análise do desenvolvimento desigual no capitalismo enfatiza as forças de aglomeração em um contexto de redução dos custos de transporte e de difusão das tecnologias de informação (SCOTT et al., 2001). A doutrina que tem analisado o planejamento regional nesse contexto foi definida por Soja (2009) como “novo regionalismo”. Esse é o terceiro eixo de análise proposto da agricultura.

Essa doutrina apresenta uma concepção teórica da relação espaço-economia em que a atividade produtiva não depende de condições previamente estabelecidas – como nos modelos clássicos da teoria da localização –, mas pode criar condições para sua reprodução (STORPER; WALKER, 1991). A ideia é que evolução produtiva e espacial se combinam de forma a impulsionar a competitividade das empresas. A região passa a ser protagonista do desenvolvimento econômico na medida em que cria condições favoráveis para o progresso tecnológico e o fornecimento contínuo de mão-de-obra qualificada (STORPER, 1997).

O novo regionalismo se orientou para a explicação das mudanças espaciais decorrentes de mudanças no regime de acumulação, tendo como ênfase a dimensão industrial (SAXENIAN, 1994; STORPER, 1997). O esforço de trazer o aparato teórico do novo regionalismo para a agricultura foi feito principalmente por autores que estudaram o processo de desenvolvimento regional do Meio Oeste dos Estados Unidos (PAGE, 1996; PAGE e WALKER, 1991) e a zona agrícola da Califórnia (FITZSIMMONS, 1986; WALKER, 2004, 2001).

Importante salientar que esses estudos são realizados em um novo momento da agricultura. Entre 1933 a 1970, tem-se uma revolução agrícola nos Estados Unidos (COCHRANE, 1993). Com o aumento no preço dos alimentos, decorrente do período de guerras, muitos produtores conseguiram ampliar o crédito e financiar a aquisição de novas tecnologias. Isso acarreta no uso de tecnologias mecânicas, com o aperfeiçoamento de tratores e outros maquinários agrícolas; tecnologias biológicas, com o surgimento de novas variedades; tecnologias químicas, associadas ao uso de fertilizantes, como o nitrogenado, e controle de pragas; tecnologias na alimentação e controle de doenças animais (COCHRANE, 1993, p. 126–129).

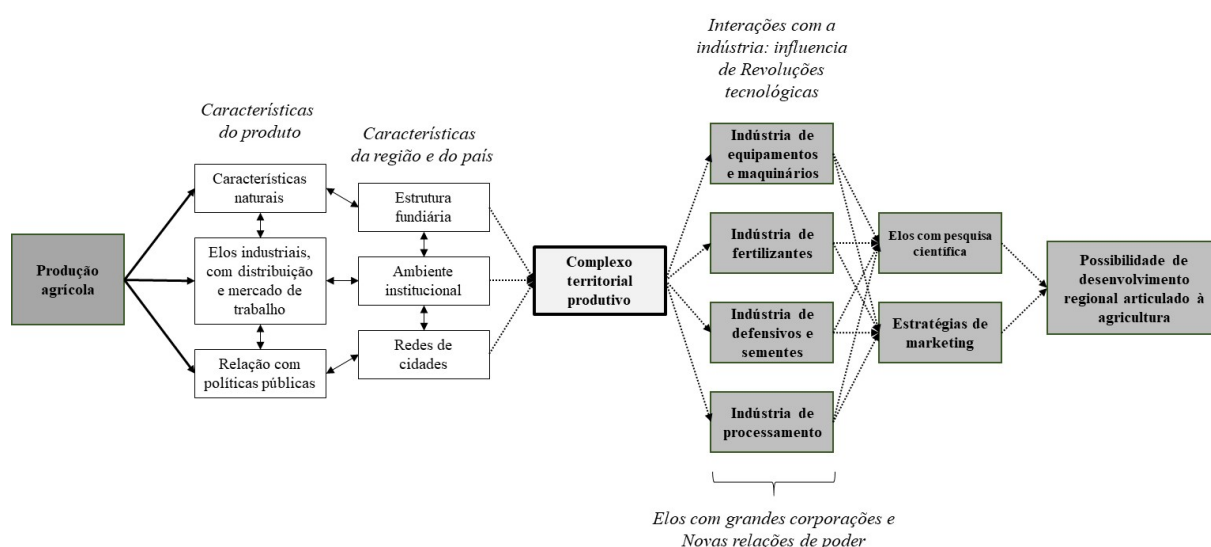
O ponto central de análise da agricultura no novo regionalismo está no desenvolvimento regional pautado na interdependência entre agricultura e indústria, que os autores definem como agro-industrialização (PAGE e WALKER, 1991; WALKER, 2004). Esse sistema, com alta capacidade de geração de efeitos de encadeamento, de fortes laços com a pesquisa e conhecimento científico e dependência de mão de obra qualificada requer formas mais avançadas de organização urbana e regional. Defende-se que, assim como em outras áreas da industriais – por exemplo, a indústria automobilística e microeletrônica –, a agro-industrialização pode criar complexos produtivos nas regiões (STORPER e WALKER, 1991).

Um trabalho chave nesse eixo foi feito por Page e Walker (1991). Como ponto de partida, esses autores criticam a imprecisão das teorias tradicionais em explicar o desenvolvimento regional do Meio-Oeste dos Estados Unidos. Entre os estudos analisados, merece destaque a crítica feita ao modelo da base de exportação. Segundo Page e Walker (1991), o uso desse modelo no Meio-Oeste leva ao entendimento da produção de grãos como a base de exportação e o Sul e o Nordeste dos EUA como mercados consumidores. O problema, segundo os autores, é que as demais regiões do EUA tinham certa autossuficiência na produção de alimentos, o que reduzia a necessidade de importações do Meio-Oeste. Uma segunda imprecisão do modelo está no pressuposto de que a especialização na agricultura ocorreria na medida em que os custos de transporte se reduzissem. Esse processo não ocorreu. O que houve foi um crescimento conjunto da atividade agrícola e manufatureira. Isso faz com que os autores afirmem que não se trata de pensar a agricultura como uma pré-

condição do crescimento industrial, mas analisar como que a expansão agrícola depende de uma interação com a indústria. Uma terceira limitação está na negligência com o papel das cidades no desenvolvimento regional. A ausência das cidades no modelo acaba por deixar de lado uma demanda criada pelos centros urbanos por bens industriais que antecede àquela relacionada com a base de exportação. Uma quarta crítica dos autores está na distinção que North (1977) faz entre o comércio para intra-regional e inter-regional. Ambos seriam importantes e não existiria uma fronteira que divide um do outro. Por último, e, na visão de Page e Walker (1991), a maior lacuna do modelo da base de exportação, está no fato de ser um modelo orientado pela demanda e induzido por vantagens comparativas ao invés de estar articulado com as revoluções tecnológicas que redefinem a agricultura. Regiões como o Meio-Oeste se desenvolvem com essas revoluções. Nesse contexto que o sistema de cidades e de produção se constroem de forma articuladas.

A partir dessas considerações, os autores desse eixo propõem uma forma diferenciada de pensar as implicações da agricultura na região. Essa proposta se fundamenta em dois grandes campos de análise: de um lado, as características do produto agrícola, da região e do país; de outro, as características do sistema produtivo e das mudanças tecnológicas. A figura 3 representa esse esquema.

Figura 3. Esquema do desenvolvimento das regiões agrícolas no terceiro eixo



Fonte: Org. própria a partir de Page; Walker (1991); Page (1996) e Walker (2004)

Inicialmente, é importante pensar nas características do produto agrícola, uma vez que, a agricultura é marcada um conjunto bastante heterogêneo de atividades. Page (1996) aponta três aspectos que justificam essa preocupação. Em primeiro lugar, cada planta ou animal tem seu próprio ritmo de reprodução e crescimento; cada um depende de um manejo específico que varia conforme questões de tamanho, peso, forma, durabilidade e perecibilidade (PAGE, 1996, p. 384). Em segundo lugar, cada produto tem uma forma

particular de articulação com os fornecedores (por exemplo, dependência de um tipo de maquinário e de insumo químico) e de processamento industrial. Essas diferenças se aprofundam nas estratégias de marketing, na distribuição, nas relações de trabalho e nas próprias relações de poder que operam no âmbito da cadeia – algo que se evidencia nas estratégias de integração das empresas. Em terceiro lugar, dadas as diferenças dos pontos anteriores, existe uma distinção na forma de implantação das políticas.

Um segundo aspecto está nas características da região. Assim como os eixos anteriores, Page e Walker (1991) consideraram a estrutura fundiária baseada no trabalho familiar como central para o desenvolvimento regional. Mas, além disso, outros fatores de âmbito institucional foram importantes como a segurança no título de propriedade e a ausência na figura do *landlord*, que, respectivamente, garantiam estabilidade e maior renda para os produtores agrícolas. De um lado, isso favoreceu o investimento em insumos agrícolas e bens de consumo, como utensílios domésticos, garantindo o crescimento do mercado interno local, de outro lado, favoreceu a própria formação de um comportamento empreendedor.

As características da região vão além da estrutura fundiária, se associando também à rede de cidades. Page e Walker (1991) criticam o que consideram uma ênfase exagerada do novo regionalismo em aglomerações e regiões metropolitanas, deixando de lado a importância de cidades de médio e pequeno portes. As regiões agrícolas se desenvolvem devido a um aprofundamento da divisão do trabalho entre campo-cidade e entre cidades conformando uma rede urbana. Além de funcionarem como mercado para a produção alimentícia, as cidades são importantes para o desenvolvimento agrícola na medida em que propiciam maior acessibilidade às fazendas; fornecem uma intermediação com o capital mercantil e com a mão-de-obra; e favorecem a formação habilidades específicas para o trabalho no campo (PAGE e WALKER, 1991, p. 302-303).

Um terceiro campo de análise remete a como as diversas formas de interação que a agricultura cria – com a indústria, serviços e outras atividades agrícolas – transformam as regiões. Walker (2004), destaca os laços com a produção de sementes, maquinários (tanto para o uso nas fazendas quanto nas agroindústrias), sistemas de irrigação, fertilizantes, defensivos (para insetos e plantas daninhas) e com a alimentação animal. Todos esses segmentos criam elos com atividades de pesquisa, tendo variadas formas de articulação com as universidades¹⁵ e com centros públicos e privados de pesquisa. Essas interações envolvem não apenas mudanças tecnológicas, mas novas relações de poder, que passam a se concentrar em grandes corporações – por exemplo, a Monsanto, Dupont e Syngenta – que controlam o sistema produtivo (WALKER, 2004).

¹⁵ Walker (2004, p. 156) usa como exemplo o papel da Universidade de Berkeley e a Universidade da Califórnia, Davis, que, em parceria com produtores locais da Califórnia, desenvolveram de novas linhas de plantas e de animais

A associação entre regiões agrícolas e o desenvolvimento desigual é aprofundada no estudo de Page (1996). Para o autor esse processo deve ser pensando em dois momentos. Nos estágios iniciais, em que a natureza se constitui como uma barreira difícil de se superar, seja em relação à biologia, que interfere no tempo crescimento das plantas e de gestação dos animais; seja na relação com o solo, relevo e com o clima. Essa dependência reduz o tempo de trabalho e desacelera a circulação do capital, limitando a geração de mais-valia. No entanto, apesar de existirem barreiras, isso não significa que o capital não migre para a agricultura. O comportamento do empresariado é o mesmo de outras atividades, buscando revolucionar os métodos produtivos para ampliar a extração de mais-valia. Com efeito, na medida em que a região se desenvolve, cria-se uma nova fase em que o dinamismo da agricultura gradativamente deixa de ser limitado por condições naturais e passa a depender de inovações tecnológicas, organizacionais e de marketing. Nessas condições, tem-se uma possibilidade de produzir processos mais sofisticados de desenvolvimento regional.

Entende-se que esse eixo avança em pontos tratados anteriormente, fazendo uma abordagem contemporânea de processos como os efeitos em cadeia em um contexto de revolução das tecnologias agrícolas e das relações de poder, associado às empresas, em um momento de concentração do capital. Uma contribuição importante remete à ênfase no papel das cidades¹⁶, o que abre caminho para combinar mudanças no desenvolvimento agrícola, urbano e regional.

5. Conclusões

Apesar de cada uma das três doutrinas do planejamento regional analisadas neste artigo abordar um contexto histórico e geográfico particular, algumas considerações gerais podem ser feitas para se pensar o potencial e limite da agricultura como força motriz do desenvolvimento das regiões. Cinco elementos podem ser considerados como chaves nessa relação.

A estrutura fundiária. Esse ponto pode ser entendido como favorável na medida em que pequenas e médias propriedades criam um mercado mais diversificado e impulsionam economias complementares locais. Por outro lado, grandes propriedades, sobretudo quando combinadas com técnicas precárias, reduzem o mercado local ao concentrar a renda.

Os efeitos em cadeia. A agricultura, quando tratada como uma atividade tradicional e com baixa incorporação de tecnologia, acaba tendo pouca capacidade de gerar efeitos em cadeia. Mas, esse processo muda com as revoluções tecnológicas e a articulação com o setor industrial. Nesse contexto, a agricultura passa a ter potencial de gerar elos “para frente” e “para trás” e de criar um complexo produtivo. Por um lado, esse é um fator de impulso na

¹⁶ Importante destacar que essa ideia já havia sido trabalhada por Jacobs (1969). Essa autora demonstrou que a produtividade rural se fundamenta na produtividade da cidade. O crescimento da agricultura, para Jacobs (1969) depende da incorporação de bens e serviços produzidos nas cidades. Nessa linha, a agricultura moderna surge a partir de um conjunto de inovações que são criadas nas cidades e transferidas para o campo.

medida em que o complexo está inserido na própria região, por outro, pode ter efeitos reduzidos se os efeitos em cadeia forem externos à região.

As relações de poder. Esse ponto ser pensado de duas formas. Em combinação com os efeitos em cadeia, considera-se que o papel de grandes corporações pode ter no controle do sistema produtivo reduzir a autonomia das regiões no tocante a questões técnicas e em decisões econômicas. Uma segunda forma é refletir sobre a formação de elites e grupos de interesses que controlam o sistema político regional e dificultam a adoção de estratégias de diversificação produtiva, limitando a própria ação do planejamento.

A dimensão urbana. A presença de cidades capazes de abrigar centros universitários – que atuam na formação de mão-de-obra e pesquisa –, centros de pesquisa e indústrias, fortalece a mudança da agricultura na região para um setor moderno criador de novas tecnologias. A ausência de cidades, por outro lado, tende a ser um fator limitante na medida em que reduzem esses efeitos na economia de serviços e na mão-de-obra.

A dimensão da técnica. Esse ponto pode ser favorável na medida em que o produto agrícola impulsiona o progresso tecnológico e articulações com as universidades e centros de pesquisa, criando um novo conjunto de empregos qualificados na região. Combinado aos efeitos em cadeia, a mudança técnica afeta um conjunto de atividades industriais e de serviço ligadas à agricultura. Por outro lado, uma técnica precária se constitui como uma das bases do subdesenvolvimento das regiões, que passam a ser intensivas em trabalho de baixa qualificação.

Referências

- BELLUZZO, L. G. D. M.; FRISCHTAK, C.; LAPLANE, M. *Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico*. Campinas: Unicamp: Instituto de Economia, 2014.
- BRANDÃO, C. A. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- CANO, W. Furtado: A Questão Regional e a Agricultura Itinerante no Brasil. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 5, n. 7, p. 23–51, 2010.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentic-Hall, 1966.
- COCHRANE, W. W. *The development of American agriculture: a historical analysis*. Minneapolis, Londres: University of Minnesota Press, 1993.
- DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova Economia*, v. 19, n. 2, p. 227–249, 2009.
- FITZSIMMONS, M. the New Industrial Agriculture: the Regional Integration of Specialty Crop Production. *Economic Geography*, v. 62, n. 4, p. 334–353, 1986.
- FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. New York, London: Monthly Review Press, 1969.

- FRIEDMANN, J.; WEAVER, C. *Territory and function: the evolution of regional planning*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1979.
- FURTADO, C. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, C. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 4, n. 3, p. 5–14, 1984.
- FURTADO, C. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. In: SYDRIÃO, A. J. J. et al. (Eds.). *Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005. p. 31–116.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FURTADO, C. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, C. A operação Nordeste. In: FURTADO, R. F. (Ed.). **O Nordeste e a Saga da Sudene**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. p. 29–72.
- HIRSCHMAN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.
- HOOVER, M.; FISHER, L. Research in Regional Economic Growth. *Problems in the study of Economic Growth*, v. I, p. 173–250, 1949.
- ISARD, W. *Methods of Regional Analysis: An Introduction to Regional Science*. Nova Iorque: Technology Press of the Massachusetts Institute of Technology and Wiley, 1960.
- JACOBS, J. *The Economy of Cities*. New York: Vintage Books, 1969.
- LIMA, A. C. DA C.; SIMÕES, R. F. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. *Textos para Discussão Cedeplar-UFMG*, p. 33, 2009.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica das regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Textos de Economia Contemporânea, 1960.
- NORTH, D. C. Agriculture in Regional Economic Growth. *Journal of Farm Economics*, v. 41, n. 5, p. 943–951, 1959.
- NORTH, D. C. *The economic growth of the United States, 1790-1860*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.
- NORTH, D. C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Ed.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar/Rede Minter, 1977. p. 291–313.
- PAGE, B. Across the Great Divide: Agricultural and Industrial Geography. *Economic Geography*, v. 72, n. 4, p. 376–397, 1996.
- PAGE, B.; WALKER, R. From Settlement to fordism: The Agro-industrial revolution in the American Midwest. *Economic Geography*, v. 67, n. 4, p. 281–315, 1991.
- PECK, J.; TICKELL, A. Neoliberalizing space. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 380–404, 2002.
- PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Ed.). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ Rede Minter, 1977. p. 145–156.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Ed.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 69-136.
- RODRIGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SANTOS, M. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Edusp, 2014a.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da*

Geografia. São Paulo: Edusp, 2014b.

SAXENIAN, A. *Regional advantage: culture and competition in Silicon Valley and Route 128*. Cambridge e Londres: Harvard University Press, 1994.

SCHULTZ, T. *Transformação da agricultura tradicional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SCOTT, A. J. et al. Cidades-regiões globais. *Espaços e Debates*, v. 41, p. 11–25, 2001.

SOJA, E. Regional Planning and Development Theories. In: THRIFT, N.; KITCHIN, R. (Eds.). *International Encyclopedia of Human Geography*. Elsevier, 2009. p. 259–270.

STORPER, M. *The Regional World: Territorial Development in a Global Economy*. Nova Iorque e Londres: Guilford Press, 1997.

STORPER, M. *Keys to the City: How Economics, Institutions, Social Interaction, and Politics Shape Development*. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2013.

STORPER, M.; SCOTT, A. J. Rethinking human capital, creativity and urban growth. *Journal of Economic Geography*, v. 9, n. 2, p. 147–167, 2009.

STORPER, M.; WALKER, R. *The Capitalist Imperative: Territory, Technology and Industrial Growth*. New York: Basil Blackwell, 1991.

WALKER, R. *The conquest of bread: 150 years of agribusiness in California*. New York, London: New Press, 2004.

WALKER, R. A. California's Golden Road to Riches: Natural Resources and Regional Capitalism, 1848 – 1940. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 91, n. 1, p. 167–199, 2001.